

Editorial

Apresentamos o segundo número do ano de 2023 da Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF). O periódico, que objetiva ampliar as discussões jurídicas relevantes no contexto nacional, com a apresentação de qualificada produção acadêmica, inovadora, questionadora e bem fundamentada, sobre temas sociojurídicos relevantes.

Os artigos e resenha selecionados foram apreciados por pareceristas, em processo *double blind peer review*, assegurando-se anonimato e isenção, bem como os textos foram produzidos após a acurada análise pelos(as) autores(as). Como se verá, se caracterizam pela pluralidades de temas e questões veiculadas, que enaltecem a qualidade teórico-argumentativa dos(as) autores(as), enriquecendo a própria leitura deste número da RDPDF.

Em *Práticas lavajatistas e Lawfare: análise crítica à luz do devido processo legal*, Maurilio Casas Maia e Cassiane Silva Pereira investigam academicamente a Operação Lava Jato, destacando possíveis conexões com o Lawfare no Brasil, a partir do uso abusivo de institutos legais, em rompante ao devido processo legal, o artigo desnuda a politicidade do Lawfare, maquiada pela guerra política e pelo discurso de combate à corrupção.

Questionando a influência do identitarismo no Brasil, *Contra a mediocridade, contra o identitarismo: uma contribuição para o debate público e acadêmico nacional*, de Carlos Sávio Teixeira e Tiago Medeiros apontam a necessidade de um debate público pautado na erradicação da denominada “mediocridade nacional” e na necessidade de reformulação das instituições.

Geovanna Sotero Corcinio e Alana Maria Passos Barreto, em *Gravação ambiental clandestina e sua dissonância no bojo do contencioso eleitoral perante entendimento do Supremo Tribunal Federal*, discutem a respeito de gravações clandestinas a partir da evolução jurisprudencial da matéria no âmbito do Processo Penal Eleitoral, indicando uma oscilação de orientações jurisprudenciais e o atual posicionamento do Tribunal Superior Eleitoral.

Em *A constitucionalidade do benefício previdenciário proporcional para migrantes à luz do tema 262 da TNU*, Janice Scheila Kieling tece considerações a respeito da constitucionalidade do mencionado benefício, quando deferido a migrantes e em quantia proporcional inferior ao salário mínimo, sob a ótica da decisão do Tema 262 da Turma Nacional de Uniformização, situando-a a partir da conformidade legal e da garantia de justiça social aos segurados, além de eventuais condicionantes.

No artigo *Responsabilidade civil no contexto de pandemia: uma análise da compensação financeira em favor dos profissionais de saúde*, Edith Maria Barbosa Ramos, David Elias Cardoso Câmara e Gilmara de Jesus Azevedo Martins buscam analisar sociojuridicamente a Lei n.º 14.128/2021, que prevê a compensação pecuniária para profissionais de saúde incapacitados permanentemente ou de seus herdeiros, no caso de morte, em decorrência da Covid-19.

Elenita Araújo e Silva Neta, em *O julgamento do habeas corpus n.º. 333.195/MS pelo Superior Tribunal de Justiça: pode o princípio da bagatela imprópria ser aplicado às infrações penais cometidas no âmbito da Lei n.º. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), caso ocorra a reconciliação posterior do casal?*, pretende verificar se é possível a incidência da bagatela imprópria às infrações penais cometidas em contexto de violência doméstica, nas hipóteses de posterior reconciliação dos consortes.

Benefícios assistenciais e o critério de renda: um estudo sobre a necessidade de flexibilização das exigências legais para concessão, de Ana Paula dos Santos Ferreira, critica o rigor existente na análise e ulterior deferimento de benefícios assistenciais, que acabam por excluir a maioria dos requerentes em situação de miserabilidade, dada a complexidade procedimental, distoando de eventual preenchimento dos requisitos pelos pleiteantes, o que, em última análise, contraria as previsões normativas e principiológica dos benefícios assistenciais.

Teorias legitimadoras da pena: ciência ou ideologia? Uma análise crítica dos discursos penais dominantes à luz do conceito de ideologia em Marx e Engels, de Paulo Márcio de Nápolis e Jefferson Carús Guedes, ao revisitar conceitos de Karl Marx e Friedrich Engels, desnudam as lacunas entre os discursos teóricos de legitimação da pena e a realidade prática do Direito Penal, como expressões hegemônicas de uma classe dominantes no modelo de produção capitalista.

Gabriela Felden Scheuermann e Noli Bernardo Hahn, em *O populismo como democracia-limite a partir da obra “O século do populismo: história, teoria e crítica” de Pierre Rosanvallon*, realizam a resenha da mencionada obra, explorando a complexidade e riscos democráticos de governos liderados por líderes populistas.

Os artigos e resenhas instigam reflexões relevantes, sobre temas sociojurídicos que abordarão diversas áreas, como Direito Penal, Direito Processual Penal, direito e sociedade, Direito Eleitoral, Direito Previdenciário, Assistência Social e Ciência Política, o que evidencia que tais temas demandam uma análise complexa e interdisciplinar, para serem devidamente compreendidos e criticados.

Está aberto o convite para a leitura, reflexão e diálogo.

Alberto Carvalho Amaral

Editor-chefe

Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal